

## **Governo do Estado de Pernambuco**

### **Secretaria Estadual de Cultura**

#### **1ª Reunião extraordinária dos Conselhos de Política Cultural, Preservação do Patrimônio Cultural e Consultivo do Audiovisual**

Aos vinte e três dias do mês de agosto de 2017, no Museu do Estado de Pernambuco, as 15h10, teve início a primeira reunião extraordinária dos 3 Conselhos de Cultura de Pernambuco. Presentes na reunião, conforme lista de presença, os seguintes conselheiros:

**Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural** –

TITULARES: Aramis Macêdo Leite Júnior – Arqueologia, História e Museologia; Luís de França Fernandes – Comunidades tradicionais e/ou religiosas, costumes, saberes e formas de expressão; Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura; Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe; Plínio Araújo Victor – Movimentos Sociais de Urbanismo e de Meio Ambiente; SUPLENTE: Maria Antonieta da Trindade Gomes Falcão – Fundarpe; Maria Cláudia Junqueira – Procuradoria Geral do Estado/; Márcia Batista Branco Chamixaes – Secretaria de Cultura; Natan Gabriel Nigro – Movimentos Sociais de Urbanismo e de Meio Ambiente; Rodrigo José Cantarelli Rodrigues – Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Engenharia; NOTÓRIO SABER: Leonardo Antônio Dantas da Silva; Marcus Antônio do Prado.

**Conselho Consultivo do Audiovisual** – TITULARES: Cynhia Gomes

Falcão Pereira – Fundação Joaquim Nabuco; Francisco Egídio de Moura – Setor Audiovisual do Sertão; Helder Dantas Vieira – TVU, núcleo TV e Rádio; George Manoel Pereira da Silva – Associação Cinema de Animação; Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rocha – Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação; Luiz Gonzaga Cardoso Ayres Filho – Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura; Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe; Rosemary de Lemos Sabino – Setor Audiovisual da Zona da Mata; Tiago Delácio – Associação Brasileira de Cinema de Animação; SUPLENTE: Ana Stella de Almeida Quesado – Sindicato

dos Trabalhadores da Indústria do Cinema; Bruno Cabús – Associação Brasileira de Cinema de Animação; Juliana de Lima Barros – Associação dos Documentaristas; Silvana Lumachi Meireles – Secretaria de Cultura; Simone Almeida Jubert – Infraestrutura dos Serviços Audiovisuais. **Conselho Estadual de Política Cultural – TITULARES:** Ailton Sérgio da Silva Moura – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Adolescente; Arary Marrocos Bezerra Pascoal – Agreste Carolina Vergolino – Audiovisual; Carlos Alberto Carvalho Correia – Prefeitura do Recife; Cecília da Rocha Pessoa – Design e Moda; Cláudio Gomes dos Santos – Artes Visuais e Fotografia; Edilton Euclides de Lima – Produtores Culturais; Félix Galvão Batista Filho – Arquivo Público; Gilberto Sobral Magalhães – Prefeitura de Olinda; Juliana de Albuquerque Silva – Literatura; Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rosa – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação; Lucas Alves Vasconcelos – Zona da Mata; Magdalena Maria de Almeida – UPE; Marcelo Sena Oliveira – Dança; Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura; Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Pontos de Cultura; Maria Rosinete Siqueira Costa Santana – Prefeitura Macrorregião Agreste; Masayoshi Matsumoto – Gastronomia; Modesto Lopes de Barros – Sertão; Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato; Newton Cordeiro Caivano – Música; Paula de Renor – Teatro; Tereza Luiza de França – Cultura Popular de Matriz Africana; Vânia Avelar de Albuquerque – Arquitetura e Urbanismo; Williams Wilson de Santana – Circo. **SUPLENTEs:** Cleonice Maria dos Santos – Pontos de Cultura; Elaine Maria Dias – Secretaria da Mulher; Elias Izidorio Cavalcanti – Artes Visuais e Fotografia; Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música; Jocimar Gonçalves – Movimentos Sociais; Maria Adélia Pessoa Collier – Design e Moda; Maria Antonieta da Trindade Gomes Falcão – Fundarpe; Maria Bernadete Lopes da Silva – Secretaria do Meio Ambiente; Maria do Livramento Aguiar – Artesanato; Maria Lana Monteiro – UPE; Sandra Maria Pagano – Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Ricardo Melo – Companhia Editora de Pernambuco; Silvana Lumachi Meireles – Secretaria de Cultura. Na pauta da reunião constou o seguinte assunto: **IV Conferência Estadual de Cultura- IV CEC.** O Secretário de Cultura e Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural, **Marcelino Granja**, abriu a sessão com a composição simbólica da mesa de representação dos 3 Conselhos: Paula de Renor – Vice-Presidente do CEPC-PE, Márcia Souto – Presidente do CPPC, Aramis Macêdo – Conselheiro Titular do CPPC, Chico Egídio –

Conselheiro do CCAUV, Silvana Meireles Secretária Executiva da Secult-PE e coordenadora da IV Conferência. Em seguida falou sobre o objetivo da reunião, a apresentação IV CEC convocada por Decreto do governador Paulo Câmara, para conhecimento e debate dos 3 Conselhos; refletiu acerca do desafio de realizar a Conferência na situação política e econômica em que o estado e o país se encontram e explicou que naquela reunião seria apresentado um esboço da proposta da Conferência; falou sobre a necessidade de finalização do processo de escolha dos membros da Comissão Organizadora prevista no Decreto com a indicação de 2 conselheiros de cada um dos Conselhos Estaduais; ressaltou que o objetivo principal da IV Conferência era a formulação do Plano Estadual de Cultura e citou-o como um fator de distinção das últimas conferências, pautadas pela mobilização dos segmentos culturais para levantamento de necessidades e diretrizes para a política Cultural; que após sua aprovação deveriam ser realizadas discussões acerca dos procedimentos necessários à concretização do que foi planejado para a política pública de cultura do Estado; discursou acerca do temário da Conferência, colocou que as questões levantadas nas três conferências anteriores foram atendidas em parte, dando como exemplo a formação dos Conselhos Estaduais de Cultura e o processo de reformulação do Funcultura e ressaltou que, de todas as propostas elencadas, a mais capital era a de elaboração do Plano Estadual de Cultura, por entender o Plano como parte do processo de pactuação entre o governo e a sociedade civil para o planejamento, talvez em período decenal, da política cultural para o estado de Pernambuco; chamou a atenção para as questões políticas e econômicas atuais que impactam a sociedade e a cultura de forma contundente e para a importância de realização de uma Conferência de Cultura como um desafio político, de resistência dos segmentos culturais e da sociedade civil; refletiu que a realização de uma conferência, com esse objetivo único, é de enfrentamento e de planejamento dentro de um horizonte de possibilidades, independente do cenário político de falta de apoio do Governo Federal, do Ministério da Cultura, que não apresenta a possibilidade de realização de uma Conferência Nacional de Cultura; colocou que a realização da IV Conferência de Cultura de Pernambuco é uma contribuição ao enfrentamento dessa realidade na forma de sinalização de que a política cultural é parte da política de desenvolvimento social de uma nação; falou sobre o momento da conferência ser de possibilidade de discussão em prol de melhorias que já estão sendo implementadas pela atual gestão como o

Funcultura, o aprofundamento do debate sobre os Ciclos Culturais e de encaminhamentos sobre como pode-se intervir na melhor destinação dos recursos da cultura em prol da política cultural; explicou que a Plenária Final será precedida de 25 Pré-Conferências, 12 de caráter territorializado e sem a precedência de conferências municipais; 13 de caráter setorial (de linguagens); que nessas pré-conferências seriam eleitos os delegados para a plenária final; informou que a SECULT apresentaria uma minuta do Plano Estadual de Cultura aos 3 Conselhos, para sua aprovação, e concluiu afirmando que, a partir da discussão dessa minuta nas Pré-Conferências, com a produção do relatório sistematizado de cada uma, seria consolidada a minuta final do Plano a ser discutida na Plenária Final e aprovada pelo Conselho Estadual de Política Cultural. Em seguida a Secretária Executiva da Secult-PE Coordenadora da IV Conferência, **Silvana Meireles** iniciou a apresentação da proposta com a distribuição do Decreto de convocação da IV Conferência de Cultura de Pernambuco e explicou aos presentes que o material apresentado resultava do trabalho de 3 GTs do CEPC-PE. Apresentou a contextualização do trabalho a partir do amparo legal nas Constituições Federal e Estadual que já preveem a construção do Plano Estadual de Cultura e a participação da sociedade civil nesses debates; ressaltou a elaboração do Plano Estadual como compromisso de todos os estados signatários do Acordo de Cooperação Federativa de implementação do “CPF” da cultura (Conselhos, Plano e Fundo) como base do Sistema Nacional de Cultura e que Pernambuco já avançara com a instalação dos Conselhos de Cultura, da reformulação do Sistema de Incentivo à Cultura e que esse tripé estaria concluído com o Plano Estadual de Cultura; informou que os documentos das 3 conferências anteriores e todas as discussões atuais sobre a cultura no estado subsidiaram a proposta dos eixos apresentados presentes na Conferência e no Plano; apresentou as ações realizadas entre os anos de 2011 e 2016 como fonte para a construção desses eixos e da minuta inicial que seria discutida e numerou o curso de elaboração de Plano de Cultura em 2014, o Seminário *Todos por Pernambuco*, em 2015, a instalação dos Conselhos em 2016 e 2017. Em seguida, apresentou os principais pontos do Decreto de convocação da IV Conferência e falou sobre o prazo/cronograma de realização das Pré-Conferências até dezembro 2017 e a realização da Plenária Final até março de 2018; explicou que as Pré-Conferências Regionais e Setoriais aconteceriam nas 12 microrregiões do estado e teriam como objetivo analisar, debater e

apresentar propostas à minuta do Plano Estadual de Cultura a ser discutida na plenária final e posteriormente submetida à aprovação do CEPC-PE para envio à Assembleia Legislativa de Pernambuco-ALEPE; apresentou a composição da Comissão Organizadora com membros do poder público designados pelo Secretário de Cultura e 6 membros escolhidos pelos 3 Conselhos, ressaltando a necessidade de indicação dos 2 conselheiros do Conselho Consultivo do Audiovisual, e explicou aos presentes o papel da Comissão Organizadora; apresentou a necessidade de composição da Assessoria Técnica e da participação de representantes dos 3 conselhos para trabalhar na elaboração da minuta do Plano Estadual de Cultura; enumerou os documentos que subsidiarão a minuta do Plano e expôs o esboço da programação das Pré-conferências e da Plenária Estadual Final, lembrando que as decisões seriam de responsabilidade da Comissão Organizadora e que todos os pontos apresentados seriam discutidos no âmbito desta; informou que a Plenária Final deveria ser composta por, no máximo 300 delegados eleitos, número adotado com base no orçamento disponível; apresentou os critérios sugeridos para a escolha dos municípios sede das Pré-Conferências Regionais e Setoriais; falou sobre a necessidade apontada pelo CEPC-PE de realização de algumas Pré-Conferências Setoriais fora da RMR; e finalizou apresentando as propostas dos 8 eixos para o Plano, a serem trabalhados pela Comissão Organizadora. Na sequência, foram iniciados os debates. O conselheiro Titular de Produtores Culturais do CEPC-PE, **Edilton de Lima** registrou a participação de alguns companheiros naquele debate, desde a primeira conferência realizada no estado, e destacou as diferenças entre a conferência proposta e as demais realizadas; falou sobre a falta de compromisso do Ministério da Cultura perante a política cultural e da ausência da Representação Regional do MinC no Nordeste na construção da Conferência no estado de Pernambuco; opinou que o momento político atual do país é de quebra de acordos e compromissos assumidos anteriormente pelo Governo Federal e que Ministério da Cultura também não está comprometido na manutenção desses acordos; e concluiu questionando a realização de conferências em outros estados. O conselheiro Suplente de Artes Visuais e Fotografia do CEPC-PE, **Izidorio Cavalcanti** falou sobre a necessidade de melhorias para os segmentos de artes visuais e fotografia e questionou a realização da conferência se até aquele momento não houvera contato com os dois segmentos e, que, portanto, a IV Conferência não teria documentos das artes visuais e

da fotografia; em relação às propostas das conferências anteriores afirmou não ter conhecimento dos conteúdos e perguntou qual seria a participação dos Conselhos naquela Conferência; por fim, apontou a necessidade de compartilhamento dos documentos das três conferências anteriores para fundamentar as ações do Conselho junto aos segmentos culturais. A conselheira Titular de Arquitetura e Urbanismo do CEPC, **Vânia Avelar** perguntou sobre a avaliação da 3ª conferência em caso positivo, sugeriu seu envio aos membros da Comissão Organizadora a fim de evitar que os problemas não se repitam; sugeriu a eleição de delegados para a Nacional na hipótese de ocorrer uma conferência nacional. A conselheira da Fundação Joaquim Nabuco do CCAUV, **Cynthia Falcão** afirmou ter dúvidas em relação às propostas da última conferência e questionou o acompanhamento delas para que sejam compartilhadas as informações de quais daquelas foram atendidas enquanto política pública; concluiu perguntando como ficaria a representação governamental da IV Conferência. O conselheiro Titular de Arqueologia, História e Museologia do CEPPC, **Aramis Macêdo** perguntou se os Conselheiros estariam incluídos na cota dos 300 delegados da Plenária Final, e se eram delegados natos. A conselheira suplente dos Pontos de Cultura do CEPC-PE, **Cleonice dos Santos** propôs a realização das *Conferências Livres* dos Pontos de Cultura, apontando a importância de sua realização para a discussão da Lei Estadual do Cultura Viva; informou que existe um movimento forte de conexão dos Pontos de Cultura no estado e que o pedido de realização da *Conferência Livre* se justifica para garantir a participação dos Pontos de Cultura na discussão; perguntou sobre a realização das conferências municipais e se essas não poderiam eleger delegados para a Conferência Estadual. A conselheira titular dos Pontos de Cultura do CEPC-PE, **Maria Elizabeth Santiago** reforçou a necessidade de realização das *Conferências Livres* no processo de realização da Conferência Estadual e sugeriu ao coletivo de pontos de cultura e dos 3 Conselhos assumirem o compromisso de incentivarem realização das *Conferências Livres*. A conselheira titular de Audiovisual do CEPC-PE, **Carolina Vergolino** pediu à Comissão Organizadora atenção para as questões de gênero e raça na realização das Pré-Conferências e da Plenária Final; conclamou os Conselhos a fazerem algum tipo de manifesto, de produzir documentos, a fim de garantir uma Conferência com o máximo de participação da classe artística que historicamente se colocava como combativa aos governos golpistas. O Secretário de Cultura e

Presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja**, com a palavra respondeu aos questionamentos explicitando que Conferência estava relacionada ao objeto singular de elaboração de um Plano de Cultura, de formulação de Políticas Públicas Estaduais embasadas no sistema federativo nacional que dá autonomia federativa a estados e municípios para a realização de conferências de cultura, não sendo condição a realização de conferência nacional ou imposição de conferências municipais; que a IV Conferência contemplaria um balanço das conferências anteriores; que a avaliação se tornava óbvia e garantiu a inserção dos documentos das 3 conferências anteriores como base na formulação do Plano Estadual de Cultura; afirmou que uma demanda importante das 3 conferências anteriores era de formulação de um Plano Estadual de Cultura e que indiretamente a IV Conferência serviria para se fazer um balanço das três conferências anteriores, visto o Plano ser o horizonte das políticas de cultura para o estado nos próximos anos; leu o parágrafo 3 do artigo 8º. do Decreto com as atribuições da Comissão Organizadora como resposta aos questionamentos de democratização e participação da sociedade civil e representantes governamentais; falou sobre a ideia de distribuição quantitativa de participantes e de eleição de delegados, mas ponderou que essas decisões seriam da competência da Comissão Organizadora; afirmou que todas as normas da IV Conferência serão estabelecidas pela referida Comissão divulgadas por meio de regimento próprio; defendeu que o poder público elejesse delegados apenas para as pré-conferências regionais e que, em relação ao recorte de gênero fosse de 50% e que o dimensionamento da plenária final dependeria da participação nas pré-conferências. A Secretária Executiva da Secult-PE e Coordenadora da IV Conferência, **Silvana Meireles** complementou afirmando que tanto a IV Conferência como o planejamento estratégico da SECULT, utilizaram como referências nas suas formulações as propostas e diretrizes da 3ª Conferência; afirmou que a minuta do Plano Estadual seria elaborada com base naquele material; em relação à eleição de delegados para uma possível conferência nacional, afirmou as conferências tem objetivos e eixos próprios, sendo inócua a eleição de delegados na IV Conferência para a Nacional sem conhecimento prévio das diretrizes, objetivos e regimento daquela; em relação às *Conferências Livres*, reforçou a fala da conselheira **Elizabeth** de que não era competência do governo realiza-las, podendo ser convocada por um grupo, um ponto de cultura ou instituição de Pernambuco podendo propostas advindas

daquelas conferências incorporadas ao Plano Estadual, desde que as *Conferências Livres* estivessem alinhadas com regimento interno da IV Conferência; afirmou que as moções são instrumentos de uma conferência para posicionamentos diversos e de embate, que dependem da mobilização e organização dos delegados para formularem e apresentarem-nas na plenária final da Conferência; quanto às conferências municipais, informou que os delegados eleitos nessas conferências não estriam automaticamente na IV Conferência; que participação dos municípios se daria a partir da sua representatividade nas pré-conferências regionais; em relação à paridade de gênero e demais recortes, eram questões concernentes ao trabalho da Comissão Organizadora e afirmou que estaria atenta a essas demandas. O conselheiro suplente de Artes Visuais e Fotografia, **Izidorio Cavalcanti** repetiu a inexistência de um documento que contemplasse as artes visuais. Secretária Executiva da Secult-PE, **Silvana Meireles** explicou ao conselheiro que estava prevista uma pré-conferência setorial exclusiva das artes visuais, na qual, além das questões gerais da política cultural do estado, poderiam ser tratadas questões específicas do segmento, sem confundir com o plano setorial; afirmou que a formulação de um plano setorial para as artes visuais, assim como para os outros segmentos, era de responsabilidade conjunta do governo, dos conselhos e do próprio segmento e que o segmento precisava mobilizar-se para tal fim; informou a todos que um dos pontos discutidos num dos GTs dizia respeito à formação dos fóruns setoriais, que deveria ser incentivada ou mesmo ser um “produto” das pré-conferências setoriais. A conselheira titular de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Engenharia do CEPPC, **Terezinha de Jesus Pereira** informou sobre a existência de uma publicação da gestão do Ministro Gilberto Gil, que consiste num roteiro para a formulação de planos estaduais e municipais, recomendando a utilização dessa publicação como orientador dos trabalhos da SECULT. Secretária Executiva da SECULT, **Silvana Meireles** afirmou que o documento referido estava sendo utilizado nos trabalhos da SECULT e que fora utilizado como material pedagógico na formação dos servidores da Secretaria sob a orientação da Universidade Federal de Santa Catarina- UFCS. A presidente da Fundarpe e presidente do CEPPC, **Márcia Souto** falou sobre o resgate do debate das últimas conferências, afirmando a existência de um conjunto de informações utilizado como documentação base da IV Conferência; falou sobre o tamanho da conferência e de sua preocupação em não se fazer uma

conferência artificial e que para isto seria recomendável pensar nos critérios para eleição dos delegados de forma a garantir os 300 delegados eleitos na plenária final; levantou a hipótese da necessidade de eleição de cerca de 13 delegados em cada uma das pré-conferências para garantir a quantidade estipulada para a Plenária Final, alertando para os critérios a serem utilizados para atingir esse número médio; sugeriu a implantação do princípio de proporcionalidade apenas após as inscrições; afirmou que não se deveria realizar uma plenária abrindo inscrições para sociedade civil e poder público, que deveriam ser garantidos os direitos de voz aos delegados governamentais, mas que estes não deveriam votar e eleger delegados para a plenária final; ponderou ser necessário pensar na melhor forma de representação da sociedade civil na Conferência em seus diversos segmentos: mulheres, índios, negros etc; afirmou, ainda, que o resultado final da conferência dependeria dos Regimento e Regulamento formulados pela Comissão Organizadora. A respeito das conferências municipais, afirmou que sua realização demandaria um prazo para que os municípios realizassem as suas conferências, subordinadas ao temário e ao regimento da IV Conferência, com o acompanhamento da Secretaria de Cultura; opinou que os municípios poderiam realizar as suas conferências livremente, para discutir, por exemplo, suas políticas de cultura em nível municipal; ressaltou que a IV Conferência Estadual está sendo convocada para elaborar o Plano Estadual de Cultural. Concluiu afirmando que a representação governamental não poderia inscrever-se como sociedade civil e que os cargos comissionados não poderiam candidatar-se a delegados. O conselheiro da Zona da Mata do CEPC, **Lucas Alves** sugeriu como critério para escolha dos municípios sede das pré-conferências a comprovação da existência do “CPF” (conselho, plano e fundo) constituído. O conselheiro suplente de Movimentos Sociais, **Jocimar Gonçalves** informou que pelo artigo 22 do capítulo 3 do regimento interno do CEPC-PE os conselheiros titulares eram delegados natos nas conferências de cultura e alertou a Comissão Organizadora para a necessidade de definir sobre a substituição automática dos titulares pelos suplentes na ausência dos primeiros, tornando-os natos e fazer constar no Regimento Interno da Conferência. Com a palavra, consultou sobre a carta escrita pelo CEPC-PE em solidariedade ao caso da conselheira titular de Pontos de Cultura **Maria Elizabeth Santiago** (problemas relacionados à compra de passagens aéreas internacionais em agência de turismo de Olinda), obtendo notícias da citada conselheira sobre o andamento

dos processos e sobre a chegada ao Brasil dos dois últimos músicos do grupo na noite anterior; agradeceu ao Funcultura e a Márcia Souto por toda a atenção dada e o pronto atendimento para resolução do problema. Com a palavra informou sobre problema ocorrido na última conferência estadual em relação à inserção de delegados do poder público sem legitimidade, e sugeriu que a questão observada pela Comissão Organizadora. A vice-presidente e conselheira titular de Teatro do CEPC-PE, **Paula de Renor** afirmou que, além da carta do Conselho em apoio à conselheira titular de Pontos de Cultura **Maria Elizabeth Santiago** deveria ser feita uma campanha nas redes sociais de alerta sobre a desonestidade da empresa envolvida. O secretário de Cultura e presidente do CEPC-PE, **Marcelino Granja** encerrou a reunião lembrando aos conselheiros do CEPPC que no dia seguinte (24/08/2017), às 10h da manhã, haveria reunião daquele Conselho; disse que, após as observações da conselheira titular de Pontos de Cultura **Maria Elizabeth Santiago** e da presidente da Fundarpe, **Márcia Souto**, esperava ter ficado evidente que não havia qualquer intenção de se criar um quórum especial de gestores na IV Conferência; afirmou que o próprio processo da Conferência criaria uma franca minoria de participação de gestores, que estava sendo pensado num critério de participação para garantir no máximo 30% de vagas para esse grupo e ressaltou os plenos poderes da Comissão Organizadora na resolução de problemas e estabelecimento dos critérios a serem seguidos nas pré-conferências e na plenária final; afirmou ser necessária grande mobilização frente ao ambiente político desencantador da atualidade, apontou a necessidade de salvar os instrumentos políticos de cultura e opinou que as prefeituras com órgãos próprios de cultura tinham um grande papel na participação e construção da conferência, assim como os Pontos de Cultura tinham um grande papel na mobilização e na garantia de participação nas plenárias das linguagens; defendeu os direitos de toda e qualquer pessoa de participar das conferências e de candidatar-se a delegado; afirmou que a Conferência era da e para a sociedade mas, evidentemente, que o trabalho de mobilização para garantir a plena participação e representatividade da cultura dependia do movimento social; falou sobre a responsabilidade da Comissão Organizadora em apresentar as normas que iriam reger todo o processo e, por fim, informou estar sendo pensada para a RMR a realização de 3 reuniões preparatórias que se complementariam, atendendo aos critérios de densidade demográfica, como tentativa de minimizar os problemas de participação daquela área, podendo daquela forma aumentar a

representatividade e facilitar o processo de eleição de delegados. Finalizada a reunião foram informadas as indicações do Conselho Consultivo do Audiovisual: Comissão Organizadora: Juliana de Lima Barros e Ana Stella de Almeida Quesado. Assessoria Técnica: Cynthia Gomes Falcão Pereira. E nada mais havendo a tratar eu, Silvana Lumachi Meireles, lavro a presente ata que será apreciada pelos presentes à reunião e, depois, havendo concordância de todos, deverá ser aprovada pelos conselheiros participantes da referida reunião.

Recife, 23 de agosto de 2017.

*Silvana Meireles*  
(Secretária do CEPC-PE)

## **Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural**

### **Titulares**

Aramis Macêdo Leite Júnior – Arqueologia, História e Museologia

Luís de França Fernandes – Comunidades tradicionais e/ou religiosas, costumes, saberes e formas de expressão

Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura

Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe

Plínio Araújo Victor – Movimentos Sociais de Urbanismo e de Meio Ambiente

### **Suplentes**

Maria Antonieta da Trindade Gomes Falcão – Fundarpe

Maria Cláudia Junqueira – Procuradoria Geral do Estado

Márcia Batista Branco Chamixaes – Secretaria de Cultura

Natan Gabriel Nigro - Movimentos Sociais de Urbanismo e de Meio Ambiente

Rodrigo José Cantarelli Rodrigues – Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Engenharia

### **Notório Saber**

Leonardo Antônio Dantasda Silva

Marcus Antônio do Prado

## **Conselho Consultivo do Audiovisual**

### **Titulares**

Cynhia Gomes Falcão Pereira – Fundação Joaquim Nabuco

Francisco Egídio de Moura – Setor Audiovisual do Sertão

Helder Dantas Vieira – TVU, núcleo TV e Rádio

George Manoel Pereira da Silva – Associação Cinema de Animação

Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rocha – Secretaria de Ciência  
Tecnologia e Inovação

Luiz Gonzaga Cardoso Ayres Filho – Secretaria de Desenvolvimento  
Econômico

Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura

Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe

Rosemary de Lemos Sabino – Setor Audiovisual da Zona da Mata

Tiago Delácio – Associação Brasileira de Cinema de Animação

### **Suplentes**

Ana Stella de Almeida Quesado – Sindicato dos Trabalhadores da  
Indústria do Cinema

Bruno Cabús – Associação Brasileira de Cinema de Animação

Juliana de Lima Barros – Associação dos Documetaristas

Silvana Lumachi Meireles – Secretaria de Cultura

Simone Almeida Jubert – Infraestrutura dos Serviços Audiovisuais

## **Conselho Estadual de Política Cultural**

### **Titulares**

Ailton Sérgio da Silva Moura – Secretaria de Desenvolvimento Social,  
Criança e Adolescente

Arary Marrocos Bezerra Pascoal – Agreste Carolina Vergolino –  
Audiovisual

Carlos Alberto Carvalho Correia – Prefeitura do Recife

Cecília da Rocha Pessoa – Design e Moda

Cláudio Gomes dos Santos - Artes Visuais e Fotografia

Edilton Euclides de Lima – Produtores Culturais

Félix Galvão Batista Filho – Arquivo Público

Gilberto Sobral Magalhães – Prefeitura de Olinda

Juliana de Albuquerque Silva – Literatura

Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rosa - Secretaria de Ciência,  
Tecnologia e Inovação

Lucas Alves Vasconcelos – Zona da Mata

Magdalena Maria de Almeida – UPE

Marcelo Sena Oliveira – Dança

Marcelino Granja de Menezes – Secretaria de Cultura

Márcia Maria da Fonte Souto - Fundarpe

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Pontos de Cultura

Maria Rosinete Siqueira Costa Santana – Prefeitura Macrorregião  
Agreste

Masayoshi Matsumoto - Gastronomia

Modesto Lopes de Barros - Sertão

Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato

Newton Cordeiro Caivano - Música

Paula de Renor – Teatro

Tereza Luiza de França – Cultura Popular de Matriz Africana

Vânia Avelar de Albuquerque – Arquitetura e Urbanismo

Williams wilson de Santana - Circo

**SUPLENTEs**

Cleonice Maria dos Santos - Pontos de Cultura

Elaine Maria Dias – Secretaria da Mulher

Elias Izidorio Cavalcanti - Artes Visuais e Fotografia

Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música

Jocimar Gonçalves – Movimentos Sociais

Maria Adélia Pessoa Collier – Design e Moda

Maria Antonieta da Trindade Gomes Falcão – Fundarpe

Maria Bernadete Lopes da Silva – Secretaria do Meio Ambiente

Maria do Livramento Aguiar - Artesanato

Maria Lana Monteiro – UPE

Sandra Maria Pagano - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Melo – Companhia Editora de Pernambuco

Silvana Lumachi Meireles – Secretaria de Cultura